



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MURICI
Gabinete do Prefeito

LEI N.º 516/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Orçamento Anual do Município de Murici para o exercício financeiro de 2016 e dá outras providências

O Prefeito do Município de Murici/AL, Remi Vasconcelos Calheiros, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

TÍTULO I
DO CONTEÚDO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º. Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do orçamento anual do Município de Murici, para o exercício financeiro de 2016, nos termos das disposições constitucionais, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal referente aos Poderes Legislativo e Executivo, seus órgãos, entidades e fundos da administração direta e indireta.

II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.

TÍTULO II
DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CAPÍTULO I
DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2º. A Receita total estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é no valor de R\$ 110.248.811,06 (Cento de dez milhões, duzentos e quarenta e oito mil, oitocentos e onze reais e seis centavos).

48

A



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MURICI
Gabinete do Prefeito

Art. 3º. A Receita decorrerá da arrecadação de tributos, contribuições e outras receitas correntes e de capital, previstos na legislação vigente e estimadas com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	R\$ 95.075.980,52
RECEITA TRIBUTÁRIA	R\$ 3.576.289,30
RECEITA PATRIMONIAL	R\$ 1.392.910,60
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	R\$ 1.918.494,77
RECEITA DE SERVIÇO	R\$ 6.573,74
TRANSFERENCIAS CORRENTES	R\$ 86.255.891,76
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 1.925.820,35
RECEITAS CORRENTES INTRA – ORÇ.	R\$ 2.019.016,52
DEDUÇÕES DA RECEITA	R\$ (9.749.479,21)
SUB – TOTAL	R\$ 87.345.517,83
RECEITA DE CAPITAL	R\$ 22.903.293,23
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	R\$ 102.655,39
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	R\$ 22.491.201,63
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 309.436,21
SUB – TOTAL	R\$ 22.903.293,23
TOTAL GERAL	R\$ 110.248.811,06

Art. 4º. A Receita será realizada com base na arrecadação direta das transferências constitucionais, das transferências voluntárias e de outras rendas na forma da legislação em vigor, de acordo com os códigos, denominações e detalhamentos da Receita Pública, instituídos pelas Portarias do Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, que aprova o Manual de Procedimentos da Receita Pública.

CAPÍTULO II
DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 5º. A Despesa total fixada é no valor de R\$ 110.248.811,06 (Cento de dez milhões, duzentos e quarenta e oito mil, oitocentos e onze reais e seis centavos), desdobrada nos seguintes orçamentos:

I - orçamento fiscal em R\$ 80.659.535,29

[Handwritten signature]



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MURICI
Gabinete do Prefeito

II - orçamento da seguridade social em R\$ 29.589.275,77.

Art. 6º. A Despesa fixada à conta dos recursos previstos neste capítulo, observado a programação anexa a esta Lei, apresenta o seguinte desdobramento:

DESPESAS CORRENTES	R\$ 70.111.280,70
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 36.959.500,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	R\$ 116.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 33.035.780,70
SUB - TOTAL	R\$ 70.111.280,70
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 39.717.530,36
INVESTIMENTOS	R\$ 38.677.473,59
AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	R\$ 1.040.056,77
SUB - TOTAL	R\$ 39.717.530,36
RESERVA DE CONTINGENCIA	R\$ 420.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 110.248.811,06

CAPÍTULO III
DAS AUTORIZAÇÕES

Art. 7º. Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a:

I - Abrir créditos suplementares nos limites e com os recursos abaixo indicados:

- decorrentes de superávit financeiro até o limite de 80 % (por cento) do mesmo, de acordo com o estabelecido no art. 43, § 1º, Inciso I e § 2º da Lei 4.320/64;
- decorrentes do excesso de arrecadação até o limite de 80 % (por cento) do mesmo, conforme estabelecido no art. 43, § 1º, Inciso II e §§ 3º e 4º da Lei 4.320/64;
- decorrentes de anulação parcial ou total de dotações até o limite de 80 % (por cento) do valor deste orçamento, conforme o estabelecido no art. 43, § 1º, Inciso III da Lei 4.320/64, e com base no Art. 167, Inciso VI da Constituição Federal.

II - Efetuar operações de créditos por antecipação da receita, nos limites fixados pelo Senado Federal e na forma do disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000.

III - Incluir novos elementos de despesa ao orçamento vigente.

Art. 8º. Esta Lei vigorará de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.



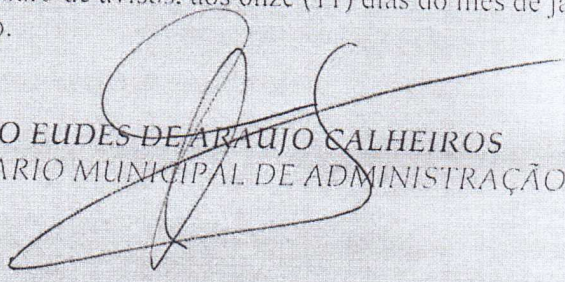
ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MURICI
Gabinete do Prefeito

Art. 9º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 11 de janeiro de 2016.


REMI VASCONCELOS CALHEIROS
PREFEITO

Publicada no quadro de avisos, aos onze (11) dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis (2016) ano.


JOÃO EUDES DE ARAUJO CALHEIROS
SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO